7º Seminário de Graduação e Pós-Graduação em Relações Internacionais da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI)
"Rumo à multipolaridade? Tensões, alianças e o lugar do Brasil na ordem global"

Porto Alegre, 6 de dezembro de 2024

Feminismos, Gênero e Sexualidades

A PAZ TEM ROSTO DE MULHER? AS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS FEMINISTAS PARA SE PENSAR A PAZ.

Alice Vazarin Perez
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

Resumo:

O presente trabalho tem como objetivo discutir como as teorias feministas para a paz e a ideia de paz feminista desenvolve as críticas sobre os processos dicotomicos que ligam a mulher-paz e homem-guerra. Através do uso metodológico da revisão e pesquisa bibliográfica, de caráter qualitativo, utilizando ferramentas de pesquisa disponibilizadas na internet, e análise da literatura de não-ficção A Guerra não tem Rosto de Mulher, da autora Svetlana Aleksiévitch (2016) o objetivo da pesquisa é, mais especificamente, entender como as reflexões presentes no livro podem auxiliar ou não a superação dos preconceitos que ligam a mulher a guerra. Isso se dá pois, o livro expõe, ao longo de suas indagações, como o cenário e o ambiente da guerra é historicamente desvinculado da mulher e, consequentemente, os rostos femininos não são lembrados ao se pensar tais momentos. Mas, se a guerra não tem rosto de mulher: a paz tem?

O trabalho se sustenta em críticas apresentada pelas teorias feministas para a paz, que, de maneira interseccional, utiliza da fonte dos Estudos para a Paz, das teorias feministas das Relações Internacionais e da colonialidade para entender como se estabelece o entendimento da desigualdade de gênero nos processos de paz na qual, normalmente representam cenários de conflitos que, em sua maioria, decorrem de processos coloniais e denominações históricas. De modo a apresentar e desenvolver o seu argumento, o trabalho foi estruturado em duas seções principais. A primeira parte do trabalho abordou como se pode localizar e entender as teorias feministas na paz dentro das Relações Internacionais no geral, uma vez que são teorias que foram e ainda são marginalizadas. Isso se dá principalmente pois as análises desses grupos sobre paz e violência seguiram o caminho de não se pensar as abordagens como um corpo fechado de conceitos, possibilitando constante transformação e indagações sobre os conceitos então vigentes e discutidos (SANTOS, 2011). Ademais, as teorias feministas dentro dos Estudos para a paz possibilitaram o alargamento das noções de insegurança e justiça social, ideias protagonistas do conceito de paz positiva e dos Estudos para a Paz mais críticos, principalmente devido a ideia de se pensar a paz feminista através de um conceito micro, destacando práticas e violências cotidianas, focalizando, de certa forma em sistemas de dominação e resistências contra o mesmo (GALTUNG, 1990; TICKNER, 1997; SANTOS, 2011).

Já a segunda seção tem como objetivo, trazer conexões entre o livro A Guerra Não tem Rosto de Mulher e as proposições anteriormente citadas das teorias feministas para a paz, a fim relacionar a ideia da guerra não ter rosto de mulher para entender se a paz pode ter essa personificação, através de pensamentos como: Para quem é a paz? Como se desenvolve uma sociedade verdadeiramente pacífica? Em uma sociedade na qual a produção do conhecimento hegemônico sempre esteve ligado a um perfil branco, hetero, masculino e anglosaxão, o esforço dos feminismos são, acima de tudo, questionar até que ponto esse conhecimento não reforça processos de exclusão, epistemicídios e violências, diretas e/ou indiretas. Será possível por meio desta análise entender críticas para com as formas se pensar como se desenvolve a paz sem os questionamentos de como tais ideias refletem de maneira diferente em diferentes camadas da sociedade.

Palavras-Chave:

1. INTRODUÇÃO

A produção do conhecimento sempre esteve ligada a um perfil masculino, consequentemente, as mulheres não eram vistas com papel ativo no desenvolvimento de pesquisas. Com isso, tem-se uma divisão e separação muito clara entre a mulher no cenário doméstico, privado e o homem como detentor do público e internacional (TICKNER,1997; SANTOS, 2011). Ademais, quando se pensa na paz, o feminino está presente na categoria de vítima e quase nunca como promotora de ações como a paz, quando está do outro lado, seu compromisso se restringe a atividade do cuidado e de apoio (ENLOE, 2000).

Assim, se pode entender que as teorias feministas na paz, da mesma forma que nas Relações Internacionais no geral, foram e ainda são marginalizadas. Isso se dá principalmente pois as análises desses grupos sobre paz e violência seguiram o caminho de não se pensar as abordagens como um corpo fechado de conceitos, possibilitando constante transformação e indagações sobre os conceitos então vigentes e discutidos (SANTOS, 2011). Ademais, as teorias feministas dentro dos Estudos para a paz possibilitaram o alargamento das noções de insegurança e justiça social, ideias protagonistas do conceito de paz positiva e dos Estudos para a Paz mais críticos, principalmente devido a ideia de se pensar a paz feminista através de um conceito micro, destacando práticas e violências cotidianas, focalizando, de certa forma em sistemas de dominação e resistências contra o mesmo (GALTUNG, 1990; TICKNER, 1997; SANTOS, 2011).

Dessarte, as teorias feministas para a paz caminham com o objetivo de se pensar: Para quem é a paz? Como se pode definir uma sociedade pacífica? Em uma sociedade na qual a produção do conhecimento hegemônico sempre esteve ligado a um perfil branco, hetero, masculino e anglosaxão, o esforço dos feminismos são, acima de tudo, questionar até que ponto esse conhecimento não reforça processos de exclusão, epistemicídios e violências, diretas e/ou indiretas. As teorias, assim, se iniciam por meio das críticas para com as formas se pensar como se desenvolve a paz sem os questionamentos de como tais ideias refletem de maneira diferente em diferentes camadas da sociedade. Além disso, entender a complexidade de se pensar como uma sociedade sem conflitos não necessariamente significa uma sociedade pacífica.

O livro A Guerra não tem Rosto de Mulher, da autora Svetlana Aleksiévitch (2016) expõe, ao longo de suas reflexões, como o cenário e o ambiente de guerra é historicamente desvinculado da mulher e, consequentemente, rostos femininos não são lembrados ao se pensar tais momentos. Então, se a guerra não tem rosto de mulher, a paz teria? Logo, este trabalho buscará, através do uso metodológico da revisão bibliográfica, desmembrar as teorias feministas para a paz e suas contribuições para com os Estudos para a Paz, a fim

de delimitar a maneira como se surgem as indagações sobre o papel do gênero nesses estudos e suas contribuições para com o desenvolvimento de uma teoria mais ampla de paz duradoura, entendendo, assim a presença feminina no processo de paz.

2. PERSPECTIVAS SOBRE OS ESTUDOS PARA A PAZ

Os estudos para a paz, como agenda teórica, tem seu surgimento em um período na qual muito se pensava nos horrores promovidos pela guerra e a necessidade de se desenvolver mecanismos para que tais atrocidades não voltassem a assolar a humanidade. Esse surgimento se dá em concomitância à criação da própria área das Relações Internacionais como disciplina, uma vez que, após os conflitos da Primeira Guerra Mundial se iniciou a busca por entender as origens e desenvolvimentos da guerra, além de se colocar em evidência, desse período, os efeitos prejudiciais de uma guerra com tamanha magnitude para o desenvolvimento das sociedades (BLANCO, 2014). Esta concepção de paz estava ligada ao cumprimento dos tratados, negociações e leis e pouco se falava de mecanismos para essa manutenção, uma vez que a guerra mundial acabou com estratégias de paz ligadas ao socialismo, majoritariamente antimilitarista mas também internacional (YOUNG, 2013).

> Apesar das origens mais antigas, é só anos depois da Segunda Guerra Mundial que os Estudos para a Paz (peace research), como um campo de estudo formal com as suas próprias instituições acadêmicas e revistas profissionais, foi criado. (ROGERS; RAMSBOTHAM, 1999, p. 740, tradução minha)

É com o fim das guerras mundiais e com a não perpetuação da paz, visto que a possibilidade de conflito pelo poder do mundo entre os Estados Unidos e a União Soviética, torna claro a necessidade de se desenvolver uma ciência, seguindo todos os caminhos para tal. Além disso, os Estudos para a Paz também caminham junto a uma revolução behaviorista da ciência, isto é, um “movimento que projetava sobre as ciências sociais um aparato de validação científica inspirado nas ciências da natureza” (OLIVEIRA, 2017, p. 151).

Se inicia, desse modo, nos Estados Unidos o desenvolvimento de uma “pesquisa do conflito” *(conflict research*), vale ressaltar a falta do uso da palavra “paz” dentro do meio acadêmico estadunidense. Em concomitância, nas principais universidades europeias, já com o termo “paz” em destaque, surgem as primeiras “pesquisa da paz” (*peace research*), pensando na resolução, de maneira pacífica, de controvérsias em larga escala (OLIVEIRA, 2017). A área, então, se estabelece com o objetivo de desenvolver um estudo sobre as formas de paz e como construí-la (BLANCO, 2014).

Entretanto, durante a Guerra Fria e a expectativa de uma guerra proeminente e no cenário de paz impossível e guerra improvável, como definido pelo historiador Raymond Aron, existia o carecimento de um pensamento para além da guerra, considerado como a

manutenção tradicional da paz, uma vez que, ambos, paz e guerra, representavam uma maneira de gerir os poderes das grandes potências e de expandir sua influência (BLANCO, 2014). Essa "concepção de paz [da Guerra Fria] baseava-se na busca da cessação de conflitos bélicos entre Estados" (KEMER; PEREIRA; BLANCO, 2016, p. 138), assim como o realismo[1] protagonizava os debates das Relações Internacionais do período, os Estudos para a Paz também estão, nesse período, voltados para o poder e centralidade dos Estados.

Para se entender o desenvolvimento dos Estudos para a Paz como agenda é necessário localizar as crises que possibilitaram o desenvolvimento da mesma como tal, uma vez que "A história da Investigação para a Paz é, em grande medida, a história das suas crises" (WIBERG, 2005, p. 24). Wiberg (2005) destaca três grandes crises que possibilitaram a investigação da paz, de 1970, 1980 e 1990, sendo elas respectivamente as crises das agendas legítimas, o problema em se encontrar uma identidade clara e a ideia de transcender a Guerra Fria. Com o fim desses processos de crise e a necessidade de se transcender as teorias estabelecidas na guerra fria se inaugura, segundo Oliver Richmond (2014) um "consenso sobre a consolidação da paz, representando um discurso e uma prática nascentes, tanto de meios como de fins".

Após a Guerra Fria, se protagonizou um fortalecimento de organizações internacionais, em especial organizações como as Nações Unidas, que em seu cerne de fundação prioriza o estabelecimento e manutenção da paz (BLANCO, 2014). No primeiro encontro oficial do Conselho de Segurança das Nações Unidas, tem-se o desenvolvimento de um documento sobre a Agenda para a Paz no A/47/50, no qual se propunha discutir ideias de "governos, agências regionais, organizações não governamentais, instituições e indivíduos de muitos países" (BOUTROS-GHALI, 1992, p. 201, tradução minha).

A Agenda para a Paz no A/47/50 foi uma resolução que tinha como objetivo pensar sobre os conflitos que haviam ocorridos no século e estabelecer esforços a fim de,

> [...] ampliar e manter os direitos humanos e as liberdades fundamentais, promover uma economia sustentável e um desenvolvimento social para maior prosperidade, aliviar o sofrimento e reduzir a existência e a utilização de armas maciçamente destrutivas. (BOUTROS-GHALI, 1992, p. 201, tradução minha).

As discussões da agenda seguiram caminhos para se entender diferentes vieses para a paz, focando, em sua maioria, na construção e manutenção da paz em territórios pós conflito. Além disso, estavam ideias sobre a necessidade de uma diplomacia preventiva, que possibilitaria a manutenção do estado de inércia, sem a necessidade de conflitos diretos (BOUTROS-GHALI, 1992) Fica claro, através do documento, que a discussão sobre

[1] O realismo, nas RI foi a primeira grande teoria, que pensava na centralidade dos Estados. Com destaque de atores como Edward H. Carr e Hans Morgenthau a teoria realista, principalmente ao longo da Guerra Fria, deu destaque a conceitos como hegemonia, poder, guerras limitadas e o dilema da segurança (SARFATI, 2005).

paz ainda estava muito atrelada ao conceito de guerra e ao estado de paz como algo passageiro, mas que deveria se tornar algo mais duradouro possível.

Assim, mesmo com algumas citações sobre segurança e justiça social, tais ideias ainda eram vistas como uma parte pequena de todo o processo de desenvolvimento da paz, tópicos esses fundamentais para a manutenção da paz, uma vez que é através das teorias mais críticas que se iniciam tais questionamentos. Entretanto, como é exposto no tópico treze (13) do então documento, já estava claro as novas perspectivas de vulnerabilidade e risco, baseadas em problemas que vão muito além da guerra, como "crescimento populacional, encargos esmagadores da dívida, barreiras ao comércio, drogas e a crescente disparidade entre pobres e ricos" (BOUTROS-GHALI, 1992, p. 203, tradução minha). Isso é, com as mudanças estruturais que o sistema internacional e, consequentemente, mudanças que as nações enfrentam após a queda do muro de Berlim, as noções de segurança começam a mudar e, consequentemente, as teorizações sobre a paz e sobre a construção da mesma seguem esse caminho.

Todavia, antes do início de pesquisas mais complexas, tais linhas de pensamento se debruçaram na necessidade de criar uma ciência normativa da paz, como já apresentado pela revolução behaviorista, isto é, pensar no tema da paz seguindo o rigor necessário para o desenvolvimento de uma ciência (OLIVEIRA, 2017). Com isso, se inicia o desenvolvimento da pesquisa com o foco sobre a paz, ou seja, coloca a guerra em segundo plano e, através da complexidade destoante do senso de se pensar a ausência da guerra, se teoriza a paz como o estado duradouro a se buscar.

Richmond Oliver (2014) expressa, de maneira bem didática, alguns fatores que possibilitaram a ampliação do conceito de paz, principalmente quando se pensa na violência estrutural, que se define como, "uma violência indireta, criada pela estrutura opressiva de governos, leis, burocracias, tratamentos, distribuições de renda, classe social [...]." (RICHMOND, p. 26, 2014, tradução minha) logo se reflete sobre a necessidade de pensar a paz de uma maneira mais crítica, isto significa, pensar na paz como uma contraposição para além da violência direta, facilmente reconhecida, mas como um produto também das diferentes formas de violência e inseguranças anteriormente citadas.

Desse modo, os "estudos para paz" se tornam um,

> [...] grande rótulo "guarda-chuva" destinado a abrigar não só o tipo de pesquisa neopositivista, fiel às origens behavioristas da pesquisa do conflito e da pesquisa da paz, mas também as abordagens mais reflexivas e críticas que foram incorporadas à disciplina [...] (OLIVEIRA, p.152, 2017)

Com isso, se iniciam teorizações que vão muito além do estabelecimento de uma paz ligada a "compreender as causas da violência e maneiras de reduzir ou promover essa violência, [...] sensível a mudanças históricas e circunstâncias locais" (WALLENSTEEN,

2001, p. 09). Se fortalece o desenvolvimento de uma linha de pesquisa ligada às questões de violência, desigualdade, justiça, além da resolução de conflitos, desenvolvendo uma abordagem transdisciplinar e que se coloca à mercê de trabalhar e dialogar com outros ramos epistemológicos (FERREIRA, 2019).

Para quem é a paz? Tal questionamento é feito por Oliver Richmond (2020) na introdução de seu livro *Peace in International Relations*, da tradução Paz nas Relações Internacionais, e ilustra as inquietações dos teóricos sobre a paz com o final da Guerra Fria e a necessidade de se pensar a paz para além do conflito entre Estados e a importância de se olhar para a sociedade e suas desigualdades. Se inicia, assim, questionamentos sobre como tais teorias da paz até então não discutiam a superação de violências e desigualdades já existentes antes das guerras, mas que são intensificadas com elas. Na realidade, os processos de construção da paz e as teorias, de certa medida, podiam até auxiliar na perpetuação dessas violências, devido a falta de olhar para o local.

As inquietações caminham, principalmente, a ideia presente da existência de uma forma universal e individual de paz, uma vez que isso, inevitavelmente, reforça formas de desenvolvimento e sociedades hegemônicas e opressivas, no qual

> Embora possa haver, de fato, uma versão ou agenda dominante para a paz na teoria e na prática das RI (atualmente a paz liberal), isto reflete as limitações intelectuais da ortodoxia da disciplina, a sua cultura, ontologia e métodos, e não as suas realizações. (RICHMOND, 2020, p. 21)

O desenvolvimento de uma teoria sobre a paz necessita, então, de diferentes abordagens das próprias teorias de Relações Internacionais para que seja possível novas abordagens de paz (RICHMOND, 2020). Historicamente a teoria de paz que se tornou hegemônica foi a ideia de paz liberal, que reverbera tanto nas produções teóricas sobre o assunto como, de maneira direta, nas missões de consolidação e manutenção da paz desenvolvidas pela Organização das Nações Unidas (ONU). As operações de paz, e consequentemente as teorias se estabeleciam na configuração de um “modelo clássico de manejo de conflitos” (BLANCO, 2014, p. 269), isso é, uma estrutura liberal ligada a um conceito tradicional de paz.

Tal estruturação tinha alguns motivos, entre eles a falta de referências a essas atividades na Carta das Nações Unidas e a lógica bipolar do período (BLANCO, 2014). Junto a isso se pode pensar que, uma vez que o liberalismo protagoniza as teorias das Relações Internacionais, o uso do mesmo para o desenvolvimento das missões era lógico na medida que visava a instauração de Estados liberais, que funcionariam na lógica do então Sistema Internacional vigente.

Entretanto existem algumas desvantagens de se seguir esse modelo, como a dificuldade de se evitar o rompimento dos acordos por uma das partes, o apagamento de vários tópicos como identidade, desenvolvimento econômico e, por fim, o foco em soluções

de curto prazo, que levava a um desinteresse em se pensar as origens do conflito (BLANCO, 2014).

Além disso, a chamada paz liberal tinha como objetivo a democratização, estabelecimento do Estado de Direito e promoção de uma economia voltada ao mercado, o que, muitas vezes, mexe em toda a estrutura econômica social do território (GOMES, 2013; RICHMOND, 2006). Desse modo, a ideia da paz liberal se enfraqueceu, sofrendo várias críticas, principalmente devido a sua ineficiência a longo prazo aos vastos exemplos sobre a qualidade da paz construída (GOMES, 2013).

Assim, se tornou necessário o ampliamento das noções de paz e, para o aprofundamento dessas problemáticas dentro do campo de estudo, a ruptura com a paz liberal que reflete, acima de tudo, os atores importantes para a consolidação da paz. Dentro de uma perspectiva mais crítica da paz positiva, se entende a importância do local, como população, cultura e instituições locais na consolidação da paz e na sua manutenção (OLIVEIRA; NASCIMENTO SILVA; LOYOLLA KUHLMANN, 2021).

> [...] alguns aspectos próprios da esfera simbólica da existência humana (religião, ideologia, arte, linguagem, ciência, etc) podem reforçar as formas diretas e estruturais de violência, legitimando-as ou fazendo com que elas sejam percebidas como corretas aos olhos da sociedade (OLIVEIRA, 2017, p. 159)

Ou seja, se observa que determinadas ordens sociais, ligadas a estruturas simbólicas dicotômicas de bom/mau e superior/inferior legitimam o uso de violências diretas e indiretas com o objetivo de separação em grupos, nos quais alguns são pertencentes a outros não. Violências essas como o racismo, machismo, militarismo, fundamentalismo religioso e o colonialismo/colonialidade se exemplificam como antes definido e não aprofundado, a chamada violência cultural (OLIVEIRA, 2017; GALTUNG, 1999). Desse modo, se visa necessário o resgate do potencial crítico dos estudos para a paz, a fim de se gerar

> [...] uma imposição de fidelidade desta área aos seus princípios fundadores diante da persistência e sofisticação de mecanismos de poder profundo, que alimentam violências mais ou menos naturalizadas e que importa combater em seu nome de uma paz do cotidiano e da empatia como horizonte das vidas concretas (PUREZA, 2011, p. 32)

Além do apagamento das estruturas sociais anteriormente vigentes nos países em conflito, a paz liberal não leva em conta os processos históricos de cada região. Desse modo, se torna necessário o desenvolvimento de teorias para/com o sul global e, para tal, se vê necessário entender conceitos importantes como a colonialidade e a modernidade.

A disciplina de Relações Internacionais se estabelece com seus mitos fundacionais por meio da ideia do sistema anárquico, onde os Estados são iguais entre si, soberanos dentro da política internacional, sem levar em conta experiências do imperialismo, lutas

políticas do sul global e o colonialismo (GUERRA, 2020). Isso a coloca totalmente presente dentro da colonialidade do saber, criando um vocabulário para se referir aos Estados que representam uma quebra da ordem internacional e são incapazes de garantir "o monopólio legítimo sobre o uso da força e, por conseguinte, a segurança e integridade de seus cidadãos" (GUERRA, 2020, p. 05).

Desse modo, paralelamente, as teorias hegemônicas sobre os estudos para paz também se estabelecem na colonialidade, na qual pode-se pensar no conceito de colonialidade da paz, que, leva a uma perpetuação de estruturas coloniais vigentes por meio do desenvolvimento de processos de paz desatrelados a histórica e realidade dos territórios (LAU, 2019; GUERRA, 2020). O conceito de colonialidade da paz pode ser definido também como,

> [...] a forma pela qual algumas OIs (Organizações Internacionais) em seus esforços de paz, intervirem nos conflitos da era global, esvaziam e homogeneízam as realidade domésticas em prol do caráter do poder presente nos modelos de pensar eurocêntricos e, assim, restringe o alcance de suas metas. (LAU, 2019, p. 56)

Em outras palavras, a colonialidade da paz estabelece os modelos de paz hegemônicos, os universaliza e reproduz em diferentes sociedades, sem contar com as realidades e atores locais, como o esforço anterior de se traçar. Desse modo, cria uma separação entre sociedades pacíficas e sociedades não-pacíficas, medidas pelos parâmetros hegemônicos e eurocêntricos/ocidentais, que historicamente definem a maneira como o Sistema Internacional se desenvolve. Consequentemente, organizações como as Nações Unidas (ONU), seguem dessa maneira.

Lucas Guerra (2020) identifica três aspectos centrais para se entender a colonialidade da paz, no qual se colocam respectivamente como a reprodução de narrativas eurocêntricas, representações baseadas em categorias hierárquicas da humanidade e comprometimento com processos de acumulação por expropriação. A primeira pode se entendida, como já antes citado, pela configuração do Estado-Nação europeu moderno como um modelo a se seguir, instituindo-o como um padrão internacional e como único caminho possível para o estabelecimento da paz, o que leva à deterioração e apagamento de outras formas de estado e organização da sociedade.

O segundo aspecto está caracterizado pela dicotomia criada nos processos que naturalizam o lado ocidental, hegemônico como "superior", deixando os estados em conflito como inferiores e assim, silenciando formas alternativas de se compreender a paz (GUERRA, 2020). Por último, o terceiro ponto apresentado por Guerra se liga a instrumentalidade de uma disciplinarização econômica que leva a uma forma moderna de "acumulação por expropriação" seguindo "às fronteiras ainda inexploradas do capital: a

territórios e populações indígenas, quilombolas, camponesas, dentre outras subjetividades e formas de ver o mundo" (GUERRA, 2020, p. 07)

Ademais, a colonialidade tem o papel de categorizar as violências e, assim, deslegitimar formas de violência presentes do território como algo único, isso pois, ela auxilia no desenvolvimento de um padrão de poder. Tal poder leva a um modus operandi ligado a naturalização de hierarquias que possibilitam a reprodução de relações de dominação ligadas ao território, raça, cultura, sexo, entre outros (LOUIS, 2021).

> [...] muitas das sociedades em conflito contemporâneas são ex-coloniais onde, a difusão de 'máquina de guerra' é fruto, justamente, da incapacidade do processo colonial em construir bases econômicas e políticas sólidas em seus domínios. [...] a violência nestes contextos se tornou não apenas justificável, mas natural: é impossível firmar a paz com eles (MBEMBE, 2003, p. 133 apud LAU, 2019, p. 38)

Com isso, a falta de olhar para os antecedentes históricos e sociais de cada território levam a processos de paz coercitivos e a curto prazo que não possibilitam uma verdadeira instituição da paz positiva. Para mais, reforçam a urgência de teorias sobre paz voltadas a esse aspecto crítico, isto é, contra-hegemônicos e nos deixa questionamentos sobre como se pensar nessas teorias contra-hegemônicas. Assim, será de obra do próximo capítulo apresentar uma possibilidade de se pensar os estudos para a paz tendo como vies as teorias feministas e a ideia da paz feminista como força motriz de suas teorias.

3. AS CONTRIBUIÇÕES FEMINISTAS PARA OS ESTUDOS PARA A PAZ

As Relações Internacionais, assim como qualquer ciência, reflete os pensamentos e posicionamentos dos grupos que a compõem, desse modo, pensando em uma academia majoritariamente masculina, branca, heterosexual e anglossaxã não havia espaço para se pensar em estudar o gênero (NOGUEIRA, MESSARI, 2005). Desse modo, foi necessário uma ruptura do modo de se pensar e de se desenvolver teoricamente, em um processo semelhante a como Joan Scott (1989) apresenta em seu texto quando diz que "inscrever as mulheres na história implica necessariamente a redefinição e o alargamento das noções tradicionais do que é historicamente importante".

A frase "*peace have no meaning without freedom*" (CONFORTINI, 2012, p. 03), na tradução, a paz não tem nenhum significado sem a liberdade, foi dita por feministas francesas no encontro do *Women's International League for Peace and Freedom* de 1946, ao descrever a ocupação nazistas experienciada por elas no período da 2º Guerra Mundial. Como já apresentado anteriormente, os debates feministas caminham em concomitância com com os Estudos para paz, entretanto, ao mesmo tempo, as teorias feministas surgem

na paz para reivindicar um lugar e trazer o desenvolvimento de uma paz que esteja atrelada a liberdade, colocando a paz positiva em um nível acima de análise.

A teoria feminista para a paz é um caminho coerente a se seguir, quando se pensa na relação inerente entre a violência de gênero e o conflito. Isso se dá principalmente pelo fato de que todas as relações sociais/políticas/econômicas perpassam por questões de gênero, como apresentado na Declaração do México, que será tópico do terceiro capítulo, que a existência de uma

> [...] reestruturação desejável da ordem social mundial exige, **em particular** e **especialmente**, a reordenação das relações entre homens e mulheres e que, **por definição**, nenhuma mudança é verdadeiramente progressiva se não for superada a dominação cultural e econômica das mulheres pelos homens (WIBBEN, 2021, p. 20 apud WOODWARD, 1975, p. 06, ênfases como do texto original)

Desse modo, se entende a inerente relação entre o gênero, os conflitos, e, consequentemente, a paz. Assim surge, junto às teorias pós-hegemônicas e críticas, a fim de desenvolver um pensamento e uma paz democrática e que se propõe a ser diferente, dentro das similaridades, em cada sociedade. Karen Warren e Duane Cady (1994) argumentam, nos anos 1990, que quando as teorias feministas forem levadas a sério haveria um ampliamento das discussões filosóficas sobre paz uma vez que elas precisam "ser atualizadas, expandidas e reconcebida em formas que centraliza as percepções feministas dentro da interrelação entre mulheres, natureza, guerra e paz." (1994, p. 5).

Entretanto, como toda teoria, seu desenvolvimento dentro dos estudos para a paz não foram tão igualitários, principalmente quando se entende que, a luta das mulheres se iniciou com a necessidade e a vontade de sair do meio privado, imposto ao sexo feminino e contra a histórica marginalização das decisões (PORTOLÉS, 2007), mas que, ao mesmo tempo excluia um grupo de mulheres que, desde o inicio das sociedades modernas precisavam sair do meio privado para a própria sobrevivência, uma vez que, além de mantendoras dos filhos também, em sua maioria, necessitavam manter o lar.

Paralelamente as dicussões sobre a paz feminista se debruçaram na multiplos conceitos de gênero, poder e violência para entender a possibilidade e necessidade de multilplos conceitos da paz feminista, uma vez que ambos estão em constante transformação e mesmo que históricamente discutidas, sofrem com diversos movimentos contrários e questionamentos quanto a necessidade e importância das discussões. Entrando mais profundamente na paz feminista se vê necessário questionar-se qual a necessidade de uma teoria como esta e qual a importância dentro dos movimentos feministas e dos estudos para a paz.

Annick Wibben (2021) trás em seu trabalho o nome de algumas autoras importantes que pensam sobre as diferentes noções de poder para se entender como se dá as relações da paz feminista. Primeiramente tem-se Berenice Carroll (1972) que apresenta uma posição

geral dos Estudos para a Paz de se pensar o poder como “controle, dominação ou influência” (1972, p. 585), entretanto esse conceito acaba por limitar a ideia de poder para instituições e grupos propensos a terem poder. Assim, Wibben mostra que Carroll argumenta que “noção de poder que reconhece os valores das capacidades, a que outros chamaram ‘poder-com’” (1972, p. 593), isso é, reconhece a ligação da ideia de poder para com outras questões, como a violência.

A segunda autora apresentada é Barbara Roberts (1980), que apresenta a ideia de que o poder existe através de seu exercício sobre as mulheres, podendo ser expresso em diferentes tipos de violência, ligada ao patriarcado (WIBBEN, 2021). Por fim, se destaca Cynthia Cockburn (2010), e sua ideia sobre o poder como dominância estritamente ligada a violência, onde “de fato, o potencial de violência física, econômica e psicológica é quase a definição [tradicional] de poder” (WIBBEN, 2021, p. 21 apud ROBERTS, 1984, p. 197). Assim, se entende o papel precursor das teóricas feministas, que também estudavam paz, em se entender noções importantes para tal desenvolvimento.

Entretanto, para antes, tal movimento vem em consequência também a violência cultural e estrutural, já exposta anteriormente, que se liga às mulheres à marginalização do meio público e de estipulação de um voto para paz que é natural para as mulheres, trazida por meio de uma tradição patriarcal (PORTOLÉS, 2007). Isso se dá, principalmente, devido à histórica ligação da mulher com o trabalho do cuidado, como uma posição, mas que, dentro do cenário das sociedades patriarcais ocidentais, se converteu como comum a natureza feminina. Além dessa figura do cuidado, as discussões de gênero muitas vezes envolveram uma dicotomia maniqueísta, isto é, uma separação entre o feminino e o masculino como opostos e contraditórios um com o outro. Consequentemente, ao associar o feminino à paz e ao cuidado, estabelece-se a figura masculina como a violência e guerra.

> A masculinização da guerra e feminização da paz, algumas investigadoras feministas têm alertado para os perigos de uma agenda de investigação para a paz imbuída de conceitos de violência, paz e segurança, também eles masculinos, redutores e auto-perpetuadores de uma ordem assente na desigualdade entre sexos (SANTOS, p. 04, 2011)

Pode-se então refletir que o feminismo trabalha dentro dos estudos para a paz a fim realizar essa desassociação, dado que, em primeira vista pareça inocente e até bom para o lado do feminino, mas ajuda a justificar a lógica da dominação, relação essa já óbvia (WARREN, CADY, 1994). Com isso, se entende o esforço por trás da paz feminista, uma vez que,

> Entendendo a paz e a guerra como conceitos e práticas imbuídos, de forma profunda, de estruturas patriarcais, concebem a paz como dependente da ruptura com os estereótipos e a promoção de novas relações de poder entre homens e mulheres, avançando com a proposta de um novo tipo de cidadania, menos dependente de valores militares, e trabalhando no sentido da problematização da associação homem-violência. (SANTOS, p. 06, 2011)

Assim se entende que a paz pede o desenvolvimento de um novo mundo centrado em diferentes relações de gênero e suas estruturas (WIBBEN, 2021). A principal problematica a ser discutida e pensada dentro da paz feminista, mas que vai se complexando através dos estudos, dado que, como explicado sobre a paz positiva, é necessário discutir a paz atrelada a justiça social. Concomitantemente, as lutas feministas se embasam na justiça social e na luta contra as opressões de gênero que estão presentes no cotidiano, desse modo, o pensar a paz feminista adquiri com mais força essa luta.

Os movimentos de paz feminista, como o WILPF, desde o periodo das guerras entendiam, assim como a fala das francesas, que não existe paz sem liberdade. Desse modo, cabe a paz feminista entender como se dá liberdade feminina, e além de estar longe de ser alcancada, necessita primeiramente combater as opressões do cotidiano, para que assim pudesse almejar algo maior.

Dessa forma, para se pensar modelos de paz feministas, é imprescindível desenvolver a paz como um aparato ligado às violências micro, visto que, seja em uma sociedade em conflito, seja em uma sociedade teoricamente em paz, as mulheres diariamente lidam com situações de opressão, hostilidade e violência. Essas violências, mesmo que em diferentes proporções, são, em sua maioria, as mesmas, contra a dignidade humana, contra a segurança física e social. Ao pensar nas denúncias feministas por esses processos, se esbarram em elementos-chave das teorias das Relações Internacionais e dos estudos para a paz, como Estado, poder e segurança (SANTOS, 2011).

Assim, se explicita a necessidade de se pensar uma paz feminista e de se entender, dentro das problematizações da paz as intersecções que fazem com que este estudo seja, antes de mais nada, um estudo dos direitos humanos e não da guerra. E, com isso, é de suma importância o reconhecimento das reflexões e, ademais, das pensadoras e teóricas dessa teoria, e é nesse aspecto que a segunda parte desse trabalho irá se debruçar.

Os Estudos para a Paz e, consequentemente, os estudos de Paz Feminista tiveram muitas mudanças a fim

> [...] de começar a ver mais académicos de outras regiões, à medida que as organizações profissionais alargam o seu alcance e as vozes dos acadêmicos dos dois terços do mundo são mais amplamente representadas. (WIBBEN, 2021, p. 24)

A ideia de Paz Feminista, deve caminhar a fim da inserção de diferentes perspectivas e modos de se pensar tanto a ideia do que é paz quanto a ideia do feminino. Para isso, se desenvolve uma metodologia própria, respeitando as singularidade de cada teoria feminista, a metodologia surge como uma forma de se relacionar as distintas maneiras de se teorizar. Assim surge o questionamento: como se faz os Estudos para a Paz Feminista?

É com essa pergunta que Annika Björkdahl e Johanna Selimovic começam seu texto sobre metodologias feministas para a paz. A metodologia feminista para paz tem o papel de, para além de definir uma série de métodos e formas especificas de se pesquisar, mas entender sua eficiência e seu papel por meio de uma gama de habilidades investigatórias e, assim de tudo, sensibilidades (BJÖRKDAHL, 2021). Assim, é de obra desse tópico, a partir do capítulo das autoras acima, entender a chave para o desenvolvimento de uma metodologia crítica.

Uma metodologia representa "a estrutura que orienta as suposições e reflexões epistemológicas e ontológicas" (ACKERLY apud BJÖRKDAHL, 2021, p. 40, tradução minha) e é possível entender que toda metodologia adotada passa por um nível de exclusão, isto é, deixa determinados assuntos de lado, os tornando invisíveis, ou com menos dedicação, para as pesquisas que a utilizam e coloca foco em outros pontos. A epistemologia se concentra em como podemos saber as coisas, enquanto a ontologia se liga a ideia de como o mundo é constituído e como podemos construir o conhecimento em cima disso, desse modo, cabe a metodologias ligar como se constrói e como é possível adquirir esse conhecimento, por meio de diferentes processos (IBIDEM).

Enloe (2014) questiona onde estão as mulheres e a metodologia para a paz feminista tem o papel de realçar a presença feminista dos mais diferentes ambientes, organizações, processos e Estados, "a fim de corrigir as tendenciosas pesquisas que ignoram, marginalizam ou incompreende as experiências femininas" (BJÖRKDAHL, 2021, p. 40). As metodologias feministas trabalham a fim de revelar hierarquias de subordinação e dominação, desmascarando causas e consequências desses processos e, consequentemente, se estabelecem como um método de desconstrução de metodologias hegemônicas.

Assim, a metodologia feminista surge com o objetivo de descolonizar tal meio, representante de modos dominantes de conhecimento (BJÖRKDAHL, 2021) e entende o papel do feminino para o estabelecimento de novas formas de conhecimento. Desse modo, se compreende seu papel em dar visibilidade às opressões de gênero e violências que historicamente estão presentes e, são mantidos com personalidade pelas metodologias hegemônicas através da escuta de mulheres comuns e seus anseios, medos e inseguranças no contexto em que ela está inserida.

> As abordagens metodológicas feministas à paz têm sido capazes de desafiar o pressuposto comum de que o conceito de paz é epistemológica e ontologicamente estável, em termos de representação de uma verdade objetiva, de um conhecimento universal e de uma ética universal (BJÖRKDAHL, 2021, p. 42)

Oliver Richmond, assume que as metodologias de paz estão suscetíveis a um "universalismo, idealismo e rejeicionismo" (2020, p. 05). Entende-se, assim, a necessidade

e pretensão da Paz Feminista de se desenvolver uma metodologia que rompa com caracteriscas reducinistas e generalista, mesmo no viés mais crítico.

Aqui muito se pode relacionar a famosa frase apresentada inicialmente no capítulo “o pessoal é político”, uma vez que o principal esforço da agenda para a paz feminista está na “transformação de histórias, experiências e representações de pessoas, individuos e corpos para além de representações de Estados ou elites políticas” (BJÖRKDAHL, 2021, p. 41). Isso significa entender que o pessoal e o subjetivo podem ser um mecanismo teórico, gerando, de forma crítica, método (AHAILL, 2018). Assim, a reflexão da metodologia feminsita se dá através do estudo das dinâmicas de poder, por meio de processos micro e individuais, mas que espelham relações sociais mais abrangentes. Dessa maneira, a metodologia feminista está preocupada, além das ambições normativas, com a emancipação e a transformação (BJÖRKDAHL, 2021).

Vale entender que as metodologias dos Estudos para a Paz não tinham as ferramentas que possibilitavam o desenvolvimento de uma pesquisa sobre a paz feminista, uma vez que, as agendas, mesmo que se entrelaçam, seguem por caminhos diferentes. As pesquisas do feminismo para a paz caminham no trabalho de desafiar as narrativas masculinizadas sobre guerra, desfazendo relações de poder dentro da própria paz e apontando críticas de gênero dentro do peacebuilding, que separam vítimas e autores (BJÖRKDAHL*,* 2021).

Não é possível apresentar analisar todas as metodologias feminista para a paz, uma vez que, como tudo que envolve os estudos para a paz e o feminismo não pode ser definido de uma única forma, ela é plural e inclui um incontável número de metodologias inovadoras. Entretanto, Annika Björkdahl e Johanna Selimovic destacam três que, devido suas maneiras de se desenvolver, são famosas e um poderoso veículo para as pensadoras da paz feminista defenderem as questões. São elas a etnografia, as metodologias que trabalham na desconstrução e nas representações de gênero e as metodologias quantitativas (BJÖRKDAHL*,* 2021).

A metodologia etnográfica está muito ligada à observação das experiências femininas ligadas ao conflito, a guerra e, acima de tudo, a paz.

> A etnografia feminista da paz começa no cotidiano, tal como as pessoas o vivenciam, e explora a forma como os elementos relevantes da paz e do conflito são constituídos pelo e no cotidiano. (BJÖRKDAHL*,* 2021, p. 42)

A realidade das mulheres dentro de cenários de conflito, realidade essa ligada não diretamente aos processos mas como tais processos influenciam e modificam a sua forma de viver, representa uma grande chave para o desenvolvimento de uma metodologia etnográfica. Tal forma metodológica explora como o corpo importa dentro do cenário político

da guerra e da paz e, para além, como existem corpos mais vulneráveis à influência externa (BUTLER, 2004).

Para isso, a etnografia demanda observação. Isso é, demanda a imersão no contexto dessas mulheres, podendo ser definido como uma abordagem "*being-in-place*", da tradução "estar-no-lugar" (RICHMOND, 2015; BJÖRKDAHL, 2021). Assim, demanda, para além de uma participação ativa e da observação das experiências compartilhadas, mas da interpretação subjetiva do silêncio, isso é, entender que o silêncio também está carregado de significados. A partir da posição de um "vulnerável observador" é possível "explicitamente tomar nota da sua própria posição e escrever sobre essa vulnerabilidade a partir de uma posição de força" (BJÖRKDAHL, 2021, p. 43).

A ideia de uma metodologia para a desconstrução e nas representações de gênero, as autoras apresentam que "se não prestarmos atenção à lógica visual do gênero, não conseguimos captar aspectos importantes da guerra e da paz" (2021, p. 45). Desse modo, essa metodologia se estabelece na narrativa do estereótipo feminino a fim de entender seu papel para o desenvolvimento de um processo de paz que não ultrapassa essas questões e, consequentemente, conserva ordens de dominação. Tais estereótipos permitem não só entender a relação do feminino e do masculino com a violência como possibilita tirar a limitação de entendimentos ligados ao uso da violência pelas mulheres.

Uma ideia presente em todas as metodologias feministas para a paz é a legitimação de todos os relatos, isso é, entender, acolher e escutar o que é dito e aceitar como algo real, além do acolhimento em momentos de silêncio. As teóricas feministas evidenciam que,

> Inspirados pela empatia feminista e pela ética do cuidado, procuramos respeitar a agência das vítimas, tanto as que escolheram falar como as que optaram pelo silêncio, baseando-nos nos seus próprios relatos das suas experiências. (BJÖRKDAHL, 2021, p. 45)

Por fim, a metodologia quantitativa, para os Estudos Feministas para a Paz funcionam através da possibilidade de se encontrar padrões, sejam eles padrões de violência, de dominação ou padrões de luta. A análise qualitativa é criticada pois está tradicionalmente associada à tradição positivista do conhecimento é, à primeira vista, desconectada da possibilidade de relações com o entendimento do poder e das problemáticas de gênero. Entretanto, é através dessa crítica que as autoras feministas conseguem desenhar teorias por meio de processos empíricos que permitem o estabelecimento de padrões (BJÖRKDAHL, 2021). Vale ressaltar que a utilização de metodologias como a quantitativa exige a familiaridade e o apoio de outras metodologias que aperfeiçoam e analisam os dados assim coletados.

Em conclusão, é possível entender que a partir de uma olhada nos acontecimentos e vulnerabilidade femininas ligada ao micro, que perpassam e são potencializadas pelas

violência do conflito, é possível desenvolver teorias que, através de um olhar local, comprovem padrões de dominação e poder. Para assim pensar em um processo de paz que efetivamente combata as injustiças e desigualdades sociais e possibilite o desenvolvimento de uma paz duradoura.

Mesmo que as teorias feministas se diferem e discutem temas tão diferente entre elas, a metodologia de se pensar pode ser definida de uma forma similar, uma vez que desde os primeiros questionamentos de Tickner até as ideias de Lugones se vê presente a necessidade de uma metodologia que dê voz às mulheres, assim pode-se pensar na metodologia feminista.

4. CONCLUSÕES

Estados em paz, seguindo uma noção de paz liberal, não necessariamente representam um ambiente de segurança para as mulheres. Isso se dá devido aos inúmeros processos de violência, desigualdade e pressão para com o corpo feminino, e consequentemente, uma pressão de agir do masculino. Assim, a teoria feminista para a paz tem o objetivo de também pensar nesses processos, não apenas em ambientes em conflito direto (e indireto).

Assim, as teorias feministas, como uma comprovação de sua legitimidade, desenvolvem uma metodologia própria, baseada na escuta e no silêncio, a fim de pensar, como apresentado anteriormente, nos cenários em conflito mas também nos cenários pós conflito e mesmo sem uma denominação de conflito direto. As teorias feministas, assim como as teorias que tratam do que normalmente é silenciado passam por um processo de apagamento, silenciamento e marginalização. Vale ressaltar, como colocado em todas as vezes citada, a existência de teoriaS feministaS, isso é, uma grande gama de formas de se pensar o feminino, o mesmo se dá para as teorias feministas para a paz.

Assim como as teorias das RI, algumas teorias feministas representam uma maior aceitação que outras. A teoria liberal dentro dos Estudos para a Paz representa um projeto institucional de se pensar a paz de forma rasa, pelo mero contraponto com a guerra, entendendo a paz como a paz negativa e entendendo que a simples finalização de um conflito possibilita que uma sociedade se desenvolva em paz. A teoria feminista liberal caminha em passos parecidos ao entender que apenas com o estabelecimeneto de uma igualdade entre homens e mulheres, nos cargos e posições, se supera as desigualdades de gênero. Tais teorias moldam a formação dos processos de construção da paz e, além do mais, moldam as resoluções da Organização das Nações Unidas para se pensar a paz e o gênero.

Com isso, retoma-se a pergunta trazida no título e na introdução: a paz tem rosto de mulher? Talvez para uma teoria feminista liberal sobre paz, a paz realmente pode ser

colocada como feminina, entretanto ao longo da problematização do trabalho é possível concluir que pensar a paz como algo ligado ao gênero vai na contramão das teorias feministas, críticas, sobre paz. Uma vez que, ligar a paz ao feminino reforça estereótipos de gênero que tem como papel manter a mulher no meio doméstico do cuidado e o homem no meio externo e da violência, dado que, de maneira lógica dicotômica, ao se colocar a mulher como o rosto da paz, ao homem é imposto a guerra.

Este trabalho se conclui, então, pela importância de se entender que a paz, para que seja duradoura e verdadeira, precisa ser construída a partir da superação de desigualdades e estruturas muito bem estabelecidas na sociedade. Desse modo, discutir a paz não é e não pode ser um processo confortável e em concordância com os grandes pensamentos já desenvolvidos. Assim, para além do que discutido ao longo do texto, é possível ver uma gama de temas a serem aprofundados e investigados entendendo a paz como um movimento complexo e em constante mudança. Para que assim seja possível superar desigualdades e estereótipos, uma vez que nem a paz nem a guerra tem rosto, mas ambas representam espaços de exclusão e marginalização de determinados tipos de rostos, corpos e indivíduos.

5. REFERÊNCIAS

AHALL, L. Affect as methodology: feminism and politics of emotions. **Int. Polit. Sociol**. v.1 n.12, 2018. p. 36–52.

BJÖRKDAHL, Annika *et al*. Methodologies for feminist peace research. In: VÄYRYNEN, Tarja *et al*. **Routledge Handbook of Feminist Peace Research**. Oxfordshire: Routledge, 2021. p. 40-51.

BLANCO, Ramon. El mantenimiento de la paz al proceso de formación del Estado: un esbozo de los esfuerzos de la ONU para la paz internacional. **Foro Internacional**, Ciudad de México, v. 216, n. 2, p. 266-318, jun. 2014.

BOUTROS-GHALI, Boutros, "Uma Agenda para a Paz", documento A/47/ 277 de 17 de junho de 1992

BUTLER, Judith. **Precarious Life: The Power of Mourning and Violence**. Verso, London and New York. 2004.

CARROLL, Berenice A. Peace research: the cult of power. J**. Conflict Resolut.** v. 16 n. 4. 1972. p. 585–616.

CONFORTINI, Catia Cecilia. Feminist contributions and challenges to peace studies. Oxford Res. Encycl. Int.Stud. oxfordre.com/internationalstudies. 2010.

ENLOE, Cynthia. **Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Politics** (2nd ed.). University of California Press. 2014

FERREIRA, Marcos Alan S. V. As Origens dos Estudos para a Paz e seus Conceitos Elementares: paz, violência, conflito e guerra. In: FERREIRA, Marcos Alan S. V.; MASCHIETTO, Roberta Holanda; KUHLMANN, Paulo Roberto Loyolla. **Estudos para a Paz**: conceitos e debates. São Cristóvão: Editora Ufs, 2019. p. 47-83.

GALTUNG, Johan. **Peace Theory**: An Introduction. World Encyclopedia of Peace, [S. l.], p. IV:274-283, 1999.

GOMES, Aureo de Toledo. DA PAZ LIBERAL À VIRADA LOCAL: avaliando a literatura crítica sobre peacebuilding. **Monções**: Revista de Relações Internacionais da UFGD, Dourados, v. 2, n. 3, p. 46-76, dez. 2013.

GUERRA, Lucas. Modernidade/Colonialidade e Relações Internacionais: Desvelando a "Colonialidade da Paz" na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH). In: ROCHA, Paulo Henrique Borges; MAGALHÃES, José Luiz Quadros; OLIVEIRA, Patrícia Miranda (Orgs.). **Decolonialidade a partir do Brasil**. 1 ed. Belo Horizonte: Editora Dialética, 2020. (Coletânea - Volume IV). Disponível em: <https://amzn.to/3aGtcXk>.

KEMER, Thaíse; PEREIRA, Alexsandro Eugenio; BLANCO, Ramon. A construção da paz em um mundo em transformação: o debate e a crítica sobre o conceito de peacebuilding. **Revista de Sociologia e Política**, v. 24, n. 60, p. 137-150, dez. 2016. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/1678-987316246006.

LAU, Nycolas Candido da Silva. COLONIALIDADE DA PAZ: esforços ameaçados pelo eurocentrismo em um estudo da educação como ferramenta de paz. **Cadernos de Relações Internacionais**, Rio de Janeiro, v. 2019, n. 1, p. 46-68, 14 de maio de 2019. Faculdades Catolicas. http://dx.doi.org/10.17771/pucrio.cadri.37924.

LOUIS, Fouchard. **A PAZ COMO COLONIALIDADE DO PODER: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA PAZ NO HAITI (2004-2017)**. 2022. 113 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais, Universidade Federal da Integração Latina Americana, Foz do Iguaçu, 2022.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. Perspectivas alternativas: feminismo e pós-colonialismo. In: _____. **Teoria das Relações Internacionais**: correntes e debates. Gen Atlas, 2005. Cap. 8. p. 187-220.

OLIVEIRA, Gilberto Carvalho. Estudos da Paz: origens, desenvolvimentos e desafios críticos atuais. **Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-172, 30 abr. 2017. Associação Brasileira de Relações Internacionais - ABRI. http://dx.doi.org/10.21530/ci.v12n1.2017.611.

OLIVEIRA, G. C.; NASCIMENTO SILVA, L.; LOYOLLA KUHLMANN, P. R. A confluência entre virada local e virada estética nos estudos para a paz: uma abordagem heterodoxa para a consolidação da paz. Carta Internacional, *[S. l.]*, v. 16, n. 1, p. e1095, 2021. DOI: 10.21530/ci.v16n1.2021.1095. Disponível em: https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/1095. Acesso em: 4 out. 2023.

PORTOLÉS, Carmen Magallón. De La Reclamación de la Paz a la Participación en las Negociaciones: el feminismo pacifista. In: FUNDACIÓN SEMINARIO DE INVESTIGACIÓN PARA LA PAZ DE ZARAGOZA, 9., 2007. **Feminismo/s.** 2007. p. 15-30.

PUREZA, José Manuel. **O desafio crítico dos estudos para a paz.** Relações Internacionais: Guerra e Paz, Lisboa, p. 05-22, dez. 2011.

RICHMOND, Oliver P. **Peace: a very short introduction**. Oxford: Oxford University Press, 2014.

_____. **Peace in international relations**. 2. ed. Nova York: Routledge, 2020.

ROGERS, Paul; RAMSBOTHAM, Oliver. **Then and now: Peace research - Past and future. Political Studies.** Blackwell Publishers, , 1999. DOI: 10.1111/1467-9248.00229.
WALLENSTEEN, P. The growing peace research agenda. **Kroc Institute Occasional Paper** #21, Op. 4, South Bend: Univ. of Notre Dame, 2001.

SANTOS, Rita. Perspectivas feministas e pensamento sobre e para a paz: (re)conhecer as violências e resgatar as pazes. **Oficina do Ces**, Coimbra, v. 363, n. 1, p. 1-16, fev. 2011.

WARREN, Karen J.; CADY, Duane L.. Feminism and Peace: seeing connections. **Hypatia**, v. 9, n. 2, p. 4-20, abr. 1994.

WIBBEN, Annick T.R.. GENEALOGIES OF FEMINIST PEACE RESEARCH: themes, thinkers, and turns. In: VÄYRYNEN, Tarja *et al* (ed.). **ROUTLEDGE HANDBOOK OF FEMINIST PEACE RESEARCH**. Nova York: Routledge, 2021. p. 17-28.

WIBERG, Håkan. Investigação para a Paz: passado, presente e futuro. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, [S.L.], n. 71, p. 21-42, 1 jun. 2005. OpenEdition. http://dx.doi.org/10.4000/rccs.1013.

YOUNG, Nigel. Concepts of Peace: from 1913 to the present. **Ethics & International Affairs**, v. 27, n. 2, p. 157-173, 2013. Cambridge University Press (CUP). http://dx.doi.org/10.1017/s0892679413000063.